

1º PROMOTORIA DE JUSTICA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE MACAÉ

Procedimento Administrativo n° 05.22.0014.0000711/2024-82 Documento id. 03926155

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Cuida-se de Procedimento Administrativo instaurado para fiscalizar a correta alimentação de dados do MCA no ano de 2024.

Compulsando acuradamente os autos, observa-se que esta Promotoria de Justiça adotou providências no intuito de se manter a atualização do cadastro, com a expedição de ofícios, contatos telefônicos e extração de relatórios periódicos.

Não obstante o acima exposto, verifica-se que a necessidade de fiscalização da correta reunião de informações no MCA deve ser exercida de forma contínua por esta Promotoria de Justiça.

Ressalta-se que este órgão de execução atuará na fiscalização da inserção de dados no MCA através da instauração de procedimento administrativo anual, através de nova portaria de instauração a ser criada pela Secretaria desta Promotoria de Justiça.

Pelo exposto, por não vislumbrar hipótese de atuação desta Promotoria de Justiça, não havendo nenhuma medida a adotar relativa ao ano de 2024, promovo o arquivamento do procedimento administrativo, nos termos do art. 37 da Resolução GPGJ 2.227/2018.

Determino como diligências à **Secretaria**:

1. Instaure-se Portaria de Procedimento Administrativo, contendo a seguinte ementa:



Fiscalização da correta inserção de dados no Módulo Criança e Adolescente (MCA), nos termos da Resolução GPGJ 1.369 de 25 de maio de 2007. Ano de referência: 2025.

- 2. Translade-se cópia integral do procedimento em epígrafe (2024) ao procedimento a ser criado para fiscalização do MCA no ano de 2025;
- 3. Anexe-se, em indexador próprio, com vistas a instruir as diligências abaixo elencadas, cópia dos indexadores 03856498 e 03856502;
- 4. <u>Cumpridas essas determinações, determino que os autos sejam arquivados na Promotoria com a comunicação do Conselho Superior, sem a remessa dos autos nos termos do art. 37 da Resolução GPGJ 2.227/2018.</u>
- 5. Com fundamento nos indexadores 03856498 e 03856502 do procedimento em epígrafe, determino à Secretaria, como <u>diligências a serem cumpridas após a instauração do novo Procedimento</u>:
- a) Em relação ao tópico "acolhidos há mais de dois meses sem processo cadastrado no MCA", verificou-se em relação à:

XXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX adolescente acolhida em XXXXXX por estar inserida no PPCAAM, originalmente acompanhada pela 2ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude de São João de Meriti, conforme se verifica da leitura do processo 0801482- 74.2023.8.19.0054 (já houve requerimento prévio de desvinculação);

XXXXXX XXXXXXXXX XX XXXXX XXXXXXXX— adolescente inserido no PPCAAM e devidamente reavaliado, sendo certo que já consta relatório atualizado no MCA.

XXX XXXXXX XXXXXXX XX XXXXXX— foi ajuizada ADPF – nº 0809552-27.2024.8.19.0028.

XXXXX XXXXXX XXXX - o caso está sendo acompanhado por



esta Promotoria de Justiça, não tendo sido identificada necessidade de propositura de ação, por enquanto.

XXXX XXXXXXXX XX XXXXX – foi ajuizada ADPF – nº 0801097- 39.2025.8.19.0029.

XXXX XXXXXX XXXX - o caso está sendo acompanhado por esta Promotoria de Justiça, não tendo sido identificada necessidade de propositura de ação, por enquanto.

XXXXX XXXXXXXX XX XXXXXX - o caso está sendo acompanhado por esta Promotoria de Justiça, não tendo sido identificada necessidade de propositura de ação, por enquanto.

XXXXXX XXXXX XX XXXXXX - o caso está sendo acompanhado por esta Promotoria de Justiça, não tendo sido identificada necessidade de propositura de ação, por enquanto.

XXXX XXXXX XXXXXXX - o caso está sendo acompanhado por esta Promotoria de Justiça, não tendo sido identificada necessidade de propositura de ação, por enquanto.

XXXXX XXXXX XX XXXXX - foi reintegrado à genitora, não havendo ação a ser ajuizada no momento.

XXXXXX XXXXXXX XXXXXX — Inserido no PPCAAM e devidamente reavaliado.

XXXXX XXXXXXX XXXXXXXXX — Recambiada, em 28.09.2024 para o Município de São Pedro da Aldeia.

XXXX XXX XXXXXX XXXXXXXX – Reintegrada à familiares extensos.

Assim, considerando as informações destacadas: (i) <u>regularize-se</u> a juntada das ADPFs e da íntegra das atas de reavaliação distribuídas e produzidas, respectivamente, no mês de janeiro de 2025; (ii) oficie-se ao gestor no MCA, explicitando as informações



acima destacadas em relação aos infantes mencionados, reiterando, na oportunidade, o requerimento de desvinculação relativo à adolescente XXXXXX e XXXXXX XXXXXXX.

Prazo: 30 (trinta) dias.

c) Em relação ao tópico "acolhidos que aparecem como aptos à adoção no MCA, sem que estejam aptos no SNA", <u>remeta-se a lista ao Comissariado da Infância e Juventude</u> desta comarca, para fins de ciência e regularização das informações.

Prazo: 30 (trinta) dias.

- d) Em relação às pendências documentais,
 - d.1) <u>Oficie-se ao CEMAIA I</u>, requisitando a adoção das providências abaixo indicadas, para fins de regularização do MCA:
- XXX XXXXXX XXXXXXXX XX XXXXX: (i) anexação do CPF; (ii) informação e anexação do RG; (iii) atualização do PAI;
- - (ii) atualização do PAI;
- XXXXX XXXXXXX XXXX: (i) inclusão e anexação de RG e CPF; (ii) anexação de guia de acolhimento; (iii) inclusão do PAI; (iv) atualização de foto de identificação;



- XXXX XXXXXXXX XX XXXXX: (i) inclusão e anexação do RG; (ii) inclusão de laudo médico; (iii) atualização do PAI;
- XXXXXXX XXXXXXX XXXXXX: (i) inclusão e anexação do RG e do CPF; (ii) atualização do PAI;
- XXXXXXXXXX XXXX XX XXXXX XXXXXXXX: (i) atualização do PAI;
- XXXX XXXXXX XXXX: (i) inclusão do laudo médico; (ii) inclusão e anexação de CPF e RG; (iv) atualização do PAI;
- XXXX XX XXXXX XXXXX: (i) informação do CPF na ficha; (ii) inclusão e anexação do RG; (iii) atualização do PAI;
- XXXXXX XXXXXXXXXX XX XXXXXX: (i) regularização RCN; (ii) juntada de guia de acolhimento; (iii) inclusão e anexação de RG e CPF, (iv) inclusão de PAI; (v) inclusão de foto de identificação.
- XXXXXX XXXXXX XXXXXXX XX XXXXXXXX: (i) informar desligamento da infante.

Prazo: 30 (trinta) dias.

- d.2) <u>Oficie-se ao CEMAIA II</u>, requisitando a adoção das providências abaixo indicadas, para fins de regularização do MCA:
- XXXXXXX XXXXXXX XX XXXXX: Inserção do cadastro da adolescente no sistema, haja vista a ausência de informações sobre a referida adolescente.
- XXX XXXXXX XXXXXXX XXXXXXX: (i) atualização de PAI;
- XXXXX XXXXXXX XX XXXXX: (i) atualização de foto de identificação; (ii) regularização de RCN; (iii) atualização de PAI;



Prazo: 30 (trinta) dias.

- d.3) <u>Oficie-se ao CEMAIA III</u>, requisitando a adoção das providências abaixo indicadas, para fins de regularização do MCA:
- XXXXXXX XXXXX XXXXXX XX XXXXXX: (i) regularização de RCN; (ii) inclusão de foto de identificação; (iii) anexação do RG e do CPF; (iv) anexação da Guia de Acolhimento; (iv) inclusão de laudo médico; (v) inclusão de PAI;

- XXXX XXXXXX XXXXX XXXXX: (i) inclusão do RG na ficha;
- XXXXXX XXXX XXXXXX XX XXXXXX: (i) anexação do RG e do CPF; (ii) atualização do PAI; (iii) inclusão da Guia de Acolhimento;

Prazo: 30 (trinta) dias.

d.4) Oficie-se ao Serviço Família Acolhedora, requisitando a adoção das providências abaixo indicadas, para fins de regularização do MCA:



- - (iii) informação do nome da acolhedora; (iv) inclusão do PAI; (v) atualização da foto de identificação;

Prazo: 30 (trinta) dias.

- d.5) <u>Oficie-se à ETIC do Juízo</u>, solicitando sejam adotadas as providências abaixo indicadas em relação aos respectivos adolescentes, para fins de regularização no MCA:

Prazo: 30 (trinta) dias.

Macaé, 12 de fevereiro de 2025

LUCAS FERNANDES BERNARDES

Promotor(a) de Justiça - Mat. 7043